havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Ata da Segunda Reunião Ordinária do Quinto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lauras, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e quatro. Aos nove dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se na Sala de Reuniões do Legislativo Laurense os Vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa – Presidente, Antônio Marcos Rossato – Vice-Presidente, Alexandre Castanheira Loureda – 1º Secretário, João Batista de Rezende – 2º Secretário, Luiz Augusto de Paula Lima – Tesoureiro, Nilson Teodoro de Carvalho, Hélio Haddad, Edson Alves de Moreu, Lafayette Luiz Abergal de Andrada, Eduardo Luiz Marani, Daniel Costa

Ennio Mendes de Siqueira, Sebastião dos Santos Lima, José Caetano Neto e Sebastião Carlos Torres. Havendo número regimental, em nome de Deus foi aberta a reunião e a ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: Ofícios nºs 063/94 e 062/94, do Secretário M. de Indústria e Comércio, fazendo informações; ofícios nºs 024/94, 025/94 e 027/94, do Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS, fazendo informações; ofício nº 440/94, do Secretário de Vigilância Sanitária — Ministério da Saúde, fazendo informações; convite do Rotary Club de Laurus - sul; ofícios nºs 380/94, 391/94 a 394/94, do Gabinete do Prefeito, fazendo informações. Deram entrada na Casa os Projetos: 1) Projeto de Lei nº 013/94 (Autoria da Chefe do Executivo) "Dá denominação de Avenida Rotary ao logradouro público que menciona". 2) Projeto de Lei nº 014/94 (Autoria da Chefe do Executivo) "Autoriza a doação de imóvel público que menciona ao Serviço Social da Indústria — SESI, em complementação à área doada anteriormente e dá outras providências". 3) Projeto de Lei nº (Autoria do Vereador Antônio Marcos Pessato) "Garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos policiais civis e militares, em serviço, e dá outras providências". Nas comunicações da Mesa o Secretário Evandro Castanheira Loverda usou da palavra para denunciar uma matéria divulgada por uma das rádios da cidade, que dizia respeito à votação de um Projeto de Lei apresentado pelo Vereador Antônio Marcos Pessato. O Vereador disse que a Câmara foi desrespeitada pela maneira como foi colocada a matéria e reforçou perante a Mesa a solicitação do Vereador Sebastião Carlos Torres, para a criação da Comissão Permanente de Ética. No próximo momento, o Presidente convidou o Prof. Célio Murilo de Carvalho Valle, Diretor de Proteção da Biodiversidade do IEF, e o Dr. Manoel Alves Neto para fazerem parte da Mesa dos Trabalhos. Ambos haviam sido con-

vidados pela Câmara para explanarem sobre o Projeto de lei que autorizava o Poder Executivo Municipal a doar imóvel à Fundação Abraham Kasinski, mais especificamente sobre o Parque Municipal Florestal Abraham Kasinski. Com a palavra, o Prof. Célio disse que falaria sobre o envolvimento do IEF e a criação do Parque. Explicou que era antiga a idéia da criação do Parque e mostrou aos Senhores Vereadores documentos do IEF sobre o Parque. Disse que teve a oportunidade de ler a proposta do Executivo e achava interessante que fosse bem estudada porque poderia ser uma boa solução aquela espécie de parceria entre a comunidade e uma parte da comunidade, que era a empresa com obrigações sociais com a cidade. Sugeriu que a Câmara observasse bem a negociação que seria feita entre o Executivo e a Fundação, no que se referia às cláusulas e garantias, uma vez que não se tratava apenas de uma doação, a empresa tomava aquela área emprestada e nela fazia melhorias e, sob seu ponto de vista, cabia à Câmara examinar e defender o interesse da comunidade. Disse ainda que o Parque poderia ser exemplo para Minas Gerais, desde que fosse corrigido o que foi feito anteriormente, como a abertura de estradas naquela área. Explicou que a idéia primária do Parque era voltada especificamente para os valores ecológicos, ou seja, a preservação vegetal do solo e da água, seria uma estação biológica aberta à comunidade. Sugeriu que fossem abertas trilhas, no lugar de estradas. Disse que era viável para Lavras a execução de um Parque bem projetado, uma vez que a ESAL era reconhecida nacionalmente como uma das melhores escolas superiores de agricultura. Disse que havia uma proposta para que no Parque fossem construídos campos de esportes e um centro interpretativo do Parque (Museu), mas achava que deveria ser bem analizada, porque se fosse bem feito e obedecesse certas exigências certamente seria bom para a comunidade. Sugeriu que a Câmara inter-

recebesse junto à Prefeita para que fosse criada uma Comissão formada por grupos da comunidade para examinar e acompanhar o projeto do Parque. Neste momento, o Vereador Evandro Castanheira Lacerda pediu a palavra e participou ao comunidade e ao Plenário que a Prefeita havia baixado o Decreto nº 1.163, de 05 de maio de 1994, que constituiu Comissão Especial de assessoramento para implantação do Parque Municipal Florestal Abraham Kasinski. Pediu licença ao Presidente e leu o Decreto. O Prof. Célio disse que aquela Comissão teria a oportunidade de discutir bem o Projeto e estava no momento certo de batalhar para que a área degradada fosse recuperada. Informou que estava mais ou menos acertado que a Fundação Abraham Kasinski financiaria a ESAL para que fizesse os projetos para a recuperação daquela área. Sugeriu que a Câmara fizesse uma Moção ao DER para que o mesmo participasse daquela recuperação, uma vez que ele era um pouco responsável pelo o que estava acontecendo lá. Ao final, voltou a dizer que a Câmara deveria ficar atenta às cláusulas para a doação, deixando um ato "bem amarrado" para que no futuro não houvesse problemas. Em seguida, o Presidente concedeu o uso da palavra aos Vereadores inscritos anteipadamente. Os Vereadores Hélio Haddad e João Caetano Neto agradeceram ao Professor Célio pelas explanações por ele feitas e pela sua presença na Casa. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou ao Dr. Manoel se havia a certeza de que toda aquela área que seria doada pertencia à Prefeitura Municipal de Lavras. O Dr. Manoel respondeu-lhe que havia uma documentação legal da área de 210 hectares, uma escritura de 1940 registrada em cartório. O Vereador perguntou ao Prof. Célio se a intenção da doação daquela área havia partido da Fundação ou da Prefeitura. O Prof. Célio respondeu-lhe que a idéia da criação de um parque municipal havia nascido há mais ou menos oito anos e

idéia primordial nasceu do episódio da cessão da água do Poço Bonito pela Prefeitura à COFAP. O Vereador ainda perguntou aos convidados por que a Prefeitura queria doar aquela área à Fundação se a COFAP havia se comprometido a construir o Parque Municipal quando a Prefeitura lhe cedeu a utilização da água do Poço Bonito. O Prof. Célio respondeu-lhe que a doação seria feita à Fundação e não à COFAP e, caso a Fundação não cumprisse a sua parte, todo o complexo que compunha o Parque reverteria ao Município. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda pediu permissão ao Presidente e leu uma correspondência da Prefeitura de Ouro Preto para a Fundação Abraham Kasinski onde se dizia que a Fundação não poderia fazer uma obra naquela cidade porque estava fazendo uma de grande vulto em Lavras. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima endossou a palavra de todos os Vereadores que o antecederam e disse que na legislatura passada o Vereador Eduardo Luiz Morani e ele acompanharam de perto o processo para a criação do Parque Municipal e, naquele momento, via aquele Projeto de Lei de duas maneiras: Uma era a questão ecológica em si, ou seja, a Câmara era unânime na intenção de difundir o amor por questões ecológicas e queria que a execução do Projeto fosse com o mínimo de erros na área legal (falou que a existência da ESAL na cidade forçava que a execução fosse a melhor possível); a outra, era o Projeto em si, ou seja, ele não entendia por que devia ser doação em vez de empréstimo. Disse que aquela era uma questão que deveria ser bem discutida com a Fundação e reconhecia que a Prefeitura não teria condições de gerir o Parque, mas a Fundação não estava entrando de graça naquele projeto, portanto, havia interesse de ambas as partes. Neste momento, chamou para, diga, chamou a atenção do Plenário para o Decreto nº 1.163, lido anteriormente pelo Vereador Evandro Castanheira Lacerda, e disse que a Comissão tinha poderes de assessoramento e acompanhamento

do projeto de implantação do Parque Municipal mas a ela não era dado o poder de mudar o projeto. Achava que deveria ser feito um ajuste ao Decreto naquele sentido. O Prof. Célio concordou com o Vereador e disse que a Comissão deveria opinar em cima do projeto e a Fundação, por sua vez, deveria ter um Conselho Administração. Disse que a Câmara deveria negociar para melhorar a proposta do Executivo. O Vereador João Batista de Rezende disse que estranhava o fato de ter sido mudado o nome do local, que sempre foi conhecido por "Poço Bonito", e passou a ser chamado de "Quedas do Poço Bonito". Perguntou ao Prof. Célio se a área que seria doada era realmente aquela de 200 hectares. O Prof. Célio respondeu-lhe que seria aquela área desapropriada pela Prefeitura e achava que ela ocupava toda a vertente. O Vereador Luiz Augusto de Paula Faima pediu aparte e disse que a Prefeitura estava doando uma área que ainda estava em processo de desapropriação. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira, ao seu tempo, disse ao Prof. Célio que era interesse da Câmara somar esforços para o bom andamento daquele projeto e perguntou-lhe se havia condições de ser doada uma área menor para a implantação do Parque. O Prof. Célio respondeu-lhe que para a proteção da biodiversidade a área também deveria ser bem protegida e o tamanho da área era próprio para aquele tipo de trabalho. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho cumprimentou os convidados e os representantes da Fundação Pró-Defesa Ambiental, também presentes na Casa. Perguntou a estes últimos quais deles eram lavrenses, porque achava importante que pessoas de outras cidades, outros Estados, estivessem se preocupando em preservar o meio ambiente, não importando de que lugar. Falou ao Prof. Célio que tomou conhecimento do que estava ocorrendo na área do Parque naquela reunião quando a Comissão Pró-Defesa Ambiental, naquela

aos Vereadores fotos que mostravam a degradação do lugar. Disse que realmente deveria ser feita uma fiscalização do processo de implantação do Parque e o IDER deveria ser chamado a participar da recuperação da área. O Prof. Célio respondeu-lhe que a Câmara deveria cobrar aquilo do DER. O Vereador Eduardo Luis Mazoni saudou os visitantes e perguntou ao Prof. Célio se a construção do Parque poderia ser assumida por outros senão a COFAP. O Prof. Célio respondeu-lhe que o Estado não teria condições de arcar com aquela obra e achava ideal a parceria da iniciativa privada, via Fundação e Prefeitura, e razoável, desde que a Câmara estudasse todos os seus aspectos: jurídico, político e técnico. O Vereador, finalizando, disse que achava que os trabalhos foram bem conduzidos e era importante a participação de todos porque via que a comunidade desejava a criação do Parque. Perguntou ao Prof. Célio se ele continuaria acompanhando aquele trabalho. O Prof. Célio respondeu-lhe que independentemente de ele estar ou não no IEF, ajudaria um pouco mais naquele projeto. O Vereador Sebastião Carlos Torres agradeceu a presença dos visitantes e disse que a Câmara cumpriu seu papel quando o Projeto de Lei autorizando a doação do imóvel à Fundação Abraham Kasinski chegou à Casa e foram pedidas várias informações à Prefeita relativas à matéria, o que gerou comentários de que a Câmara não aprovaria o Projeto. Disse que a Câmara soube discutir e tomar conhecimento da necessidade da criação do Parque e ficaria vigilante durante todo o processo de sua implantação. O Vereador Antônio Marcos Fossato também agradeceu a presença dos visitantes e disse que o projeto era técnico e jurídico e seria importante a solicitação de pareceres técnicos sobre o Parque. O Vereador Lafayette Luiz Vargal de Andrade disse que o Projeto era interessante, uma vez que trata

va da preservação ambiental. Disse que a agressão sofrida pelo meio ambiente poderia ser diminuída, uma vez que não era reversível, através de um planejamento que não ferisse o interesse inicial. Ressaltou que seria de suma importância o conhecimento dos poderes que teria a Comissão Especial de Assessoramento para implantação do Parque Municipal e, quanto à possibilidade da ESAL contribuir de forma favorável ao Projeto, seria preciso que o mesmo fosse elaborado com seriedade e cautela. O Prof. Célio respondeu-lhe que dependeria da própria Comissão a força que ela desejasse ter, assim como a proteção da área dependeria também dependeria dela. No próximo momento, o Presidente concedeu o uso da palavra, excepcionalmente, ao Sr. Celso Luiz Ambrósio, Diretor Vice-Presidente da Fundação Pró-Defesa Ambiental, que em seu pronunciamento agradeceu o espaço concedido pela Câmara à Fundação e deixou claro que eles não eram contra a implantação do Parque, mas se preocuparam com a questão do desenvolvimento da cidade. Em seguida, perguntou por que a aquela área seria doada se o acordo anterior entre a COPAP e a Prefeitura estabelecia aquelas obras sem que fosse preciso a doação. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu a palavra e respondeu ao visitante que aquela questão ele já vinha levantando, mas embora houvesse aquele compromisso anterior, havia também um passo posterior, ou seja, executar a obra e agir depois. Disse que a Prefeitura não teria condições para tanto e a doação surgia como um caminho. O Sr. Celso disse que representava a Fundação Pró-Defesa Ambiental na Comissão instituída pela Prefeita e informou que em sua última reunião foi firmado um compromisso para barrar as obras que vinham sendo executadas no Parque. Para que a Comissão pudesse estudar todo o

projeto de implantação do Parque. O Prof. Célio disse-lhe que seria razoável a paralisação daquelas obras para aquela finalidade, mas a recuperação da área degradada não poderia esperar. Já ao final, o Sr. Celso reclamou da não participação de um representante da Fundação Abraham Kasinski durante as discussões daquele Projeto e perguntou se a Fundação daria continuidade àquelas obras caso aquele Projeto lei não fosse aprovado pela Câmara. O Prof. Célio respondeu-lhe que para aquele tipo de compromisso se fosse dado um prazo menor não seria feito nada, ao contrário do que aconteceria num comodato com prazo maior e com todas as garantias. O Vereador Luiz Augusto de Paula Leima disse que para a Câmara o que importava era se a área seria doada. Disse que não via por que era essencial a doação para que se fizessem aquelas obras, quando poderia ser através de, por exemplo, comodato ou contrato de utilização. Depois, deveria ser visto que a COFAP não era qualquer um e a Fundação Abraham Kasinski tinha já um predicado. Embora o contrato inicial fosse com a COFAP, a Fundação tinha credibilidade e estava procurando outros investimentos dentro de Fraiburgo, como a absorção da Corporação Musical Euterpe Operária e o Coro da Casa da Cultura, e isso era mais que suficiente para a Câmara, porque não era contrário ao interesse da comunidade. O Prof. Célio disse que aquele interesse da Fundação Pró-Defesa Ambiental era importante e eles estavam aprendendo o exercício da cidadania com a Câmara. O Presidente agradeceu ao Prof. Célio, ao Dr. Manoel e aos representantes da Fundação Pró-Defesa Ambiental pelas suas participações naquela reunião e disse-lhes que a Câmara apoiaria integralmente aquele Projeto. O Prof. Célio agradeceu pela oportunidade que lhe foi dada e disse que se sentia já obr

gado a dar continuidade àquele trabalho e estaria à inteira disposição para participar de outras reuniões. Retomando a ordem dos trabalhos, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Edson Alves de Abreu) que "Dá denominação de rua Bernardino Antônio Tomaz", em primeira discussão e votação. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. A votação foi secreta e os Vereadores Luiz Augusto de Paula Lima e Sebastião Carlos Torres fizeram a apuração dos votos. Quinze Vereadores votaram: 14 (catorze) votaram a favor e um (01) votou contra. O Projeto foi aprovado e o Vereador Edson Alves de Abreu agradeceu aos Vereadores pelo apoio que deram para a aprovação de seu Projeto. Em seguida, os Projetos de Lei nºs 013/94 e 014/94, que haviam dado entrada na Casa, passaram pelas Comissões Permanentes, receberam seus Pareceres, que foram discutidos, votados e aprovados, e foram determinados para a Ordem do Dia da próxima reunião. A Mesa sustou os Projetos de Lei nºs 11/94 e 12/94 e a Comissão de Legislação e Justiça pediu prazo regimental para dar Parecer ao Projeto de Lei nº (Autoria do Vereador Antônio Marcos Possato) que "Declara de Utilidade Pública o Verdão Esporte Clube", ao Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Antônio Marcos Possato) que "garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos policiais civis e militares, em serviço, e dá outras providências", ao Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Antônio Marcos Possato) que "Dispõe sobre o trânsito de bicicletas na cidade e dá outras providências", ao Projeto de Lei nº 009/94 e ao Projeto de Resolução nº - (Autoria do Vereador Antônio Marcos

Rossato) que "Emenda a Lei Orgânica do Município de Iaras". O Projeto de Resolução nº - (Autoria da Mesa Diretora) que "Aprova a Prestação de Contas do Chefe do Executivo referente ao exercício de 1992" e o Projeto de Resolução nº - (Autoria da Mesa Diretora) que "Aprova a Prestação de Contas do Chefe do Executivo referente ao exercício de 1991" também foram sustados pela Mesa. A Comissão Especial formada pelos Vereadores Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, Luiz Augusto de Paula Laima e Nilson Teodoro de Carvalho não apresentou nesta reunião seu Parecer ao Veto do Chefe do Executivo à Redação Final do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Antônio Marcos Rossato, que "Autoriza o Poder Executivo a estender linha de ônibus" e o Vereador Lafayette Luiz Doorgal de Andrada disse que retiraria o seu Projeto de Lei, que também autorizava o Poder Executivo a estender linha de ônibus, caso a Câmara deliberasse que o veto seria mantido. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: a) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: pedindo a edificação de uma grade protetora no bueiro existente na Av. Ivan Jorge Anayon; b) do Vereador Antônio Marcos Rossato: pedindo à reforma da Praça Ten. Francisco de Souza Laima; c) do Vereador Ennio Mendes de Siqueira: solicitando a lista de todos os servidores municipais que estudam em outras cidades e também informações sobre os descontos salariais pelas horas que deixam o serviço em função do estudo, pedindo informações a respeito do último vencimento percebido pelos servidores públicos municipais; pedindo o aterramento de duas, digo, de uma cisterna à rua Joaquim Hipólito de Miranda, 224 - fundos, na Vila Alteresa; enviando cumprimentos à Prefeita e ao Sr. Fânio, Engenheiro Responsável da Morayó Engenharia, pela excelência do trabalho de pavimentação asfálti-

ca executado no Bairro Nossa Senhora de Lourdes; lamentando a atitude da Prefeita em cortar bolsas de estudo já concedidas pelos Vereadores; pedindo mais uma ambulância para atendimento à população; pedindo a instalação de um "Banco de Sangue" em Lavras; pedindo atendimento urgente para o funcionamento normal do gabinete odontológico na E.E. "Jozarias Ribeiro"; pedindo a reestruturação da forma de atendimento no Pronto Socorro da Santa Casa; d) do Vereador João Caetano Neto: pedindo a interessão da Prefeita junto à Empresa Metrópole para que a passagem fosse gratuita aos idosos durante a realização da 49ª Expolavras; e) do Vereador João Batista de Rezende: pedindo prioridade para os serviços de recuperação e manutenção das estradas rurais; f) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira: pedindo a distribuição de antiacneicas imetáveis nos Postos Municipais de Saúde, no lugar das pílulas, que estariam sendo comercializadas; pedindo a sinalização no final da rua Fábio Modesto, para facilitar a orientação de quem chega à cidade. Nada mais, foi encerrada a reunião.

Eduardo

João Caetano Neto

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Quinto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e quatro. Aos dezesseis dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se na Sala de Reuniões do Legislativo lavrense os Vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa - Presidente, Antônio Marcos Possato - Vice-Presidente, Evandro Castanheira Macedo - 1º Secretário, João Batista de Rezende - 2º Secretário, Luiz Augusto de Paula Lima - Tesoureiro, Nilson Teodoro de Carvalho, Hélio Haddad, Edson Alves de Abreu, Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, Eduardo Luis Marani, Daniel Costa, Emmio Mendes de Siqueira, Sebastião dos Santos Vieira, João Caetano Neto e Sebastião Carlos Tores. Aberta a reunião, a ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: comunicado do Conselho Estadual da Mulher; of. nº 030/94, informação do Secretário Municipal de Saúde; of. nº 382/005/94, informação do Chefe da Agência do IBGE - Lavras; ofício nº 149/94, informação do Deputado Célio de Oliveira; solicitação do Santos Futebol Clube; ofício nº 410/94 do Gabinete da Prefeita, apresentando o Decreto nº 1.163, de 05/05/94, e solicitando a indicação de um representante da Câmara para compor a Comissão Especial de Assessoramento para Implantação do Parque Municipal Abraham Kasinski. Deram entrada na casa os Projetos: 1) Projeto de Lei nº 015/94 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microregião do Alto Rio Grande." 2) Projeto de Resolução nº - (Autoria da Mesa Diretora) "Concede Título de